

Ajuste de contas do Estado; Conferência e CPI da Nike

página 3

Marcha das Mulheres e projeto "Fome Zero"

página 4

Oposição quer investigar "caixa-dois" de FHC

O deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) apresentou no dia 14, no Supremo Tribunal Federal, notícia-crime contra FHC em razão da denúncia de "caixa-dois" na campanha que o reelegeu. No documento Chinaglia solicita ao STF a abertura de inquérito policial para investigar a denúncia, além de pedir que o Procurador-Geral da República seja notificado para tomar as medidas judiciais cabíveis.

Chinaglia também é autor dos pedidos de depoimento do ministro Andrea Matarazzo e do ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Bresser Pereira presidiu o comitê financeiro da campanha da reeleição de FHC. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, as planilhas eletrônicas foram criadas pelo irmão do ex-ministro, Sérgio Luiz Gonçalves Pereira, a partir de informações de Bresser.

Para o petista, os fatos "demonstram o alto grau de promiscuidade do presidente, seu governo e ministros nas relações entre o público e o privado".

União dos partidos

PT, PSB, PDT e PCdoB protocolaram no TSE, pedido de desarquivamento das contas da campanha de FHC e solicitaram

ainda investigação judicial por abuso do poder econômico.

Segundo o líder do PT, deputado federal Aloizio Mercadante (SP), "se for confirmado que doações não foram declaradas ao TSE, significa que houve improbidade administrativa, corrupção eleitoral, falsidade ideológica e sonegação fiscal".

O presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), quer que seja também apurada a participação do ex-secretário geral do presidente, Eduardo Jorge, no desvio de verba denunciado pela Folha de S. Paulo. Os governistas, de acordo com o jornal, já traçaram a estratégia de preservar

FHC e responsabilizar Bresser Pereira pela omissão de valores arrecadados e não declarados.

"Chega a ser um acinte o tesoureiro de campanha querer assumir a responsabilidade pois a lei é clara e diz que a responsabilidade pessoal é do presidente da República", disse Dirceu, que entende que depois das denúncias, tanto o PSDB como o PFL têm obrigação moral de aprovar o financiamento público das campanhas, uma das propostas da reforma política que começa a ser discutida. "A população precisa se convencer que a melhor forma de financiamento de campanhas é a pública", declarou.

PTnotícias

JORNAL DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

ANO IV Nº 98 - De 23 de novembro a 7 de dezembro/00



Foto: Cesar Ogata

Conferência revelou PT amadurecido e unificado

A Conferência Nacional de Prefeitos do PT, realizada de 10 a 12 de novembro, em Brasília, revelou um partido amadurecido, plural e unificado. A opinião é do secretário nacional de Assuntos Institucionais do Partido, Vicente Trevas. Como resultado da Conferência já foram definidas reuniões entre secretários de finanças das administrações petistas e um novo encontro de prefeitos em janeiro, em Porto Alegre.

Trevas destacou a qualidade das discussões e o fato da Conferência não ter se recusado a discutir temas como a reforma do Estado e a Lei de Responsabilidade Fiscal. "Foi importante estabelecermos na Conferência relações horizontais, de prefeito a prefeito, entre todos os participantes. Foi realmente um encontro, no estrito senso, com as pessoas interagindo", disse o secretário de Assuntos Institucionais.

A Conferência tratou principalmente de quatro pontos: a discussão dos desafios e tarefas da quinta geração de prefeitos petistas; o papel político dos prefeitos e a conjuntura nacional; a nova agenda dos governos, com destaque para o desenvolvimento econômico local; e os encaminhamentos de novos encontros.

Desafios da nova geração

O presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), destacou durante a sua participação na Conferência "que os prefeitos eleitos terão de enfrentar grandes desafios, entre eles, a geração de emprego e renda, o combate à violência, a grave crise social e a corrupção". Segundo ele, essa tarefa "vai além do modo petista de governar".

Ele destacou ainda a importância da militância do Partido, mas ressaltou que "o povo brasileiro também assumiu a campanha petista". Por isso, afirmou, o Brasil vai ficar de olho nas administrações e "temos de dar as respostas que a sociedade precisa urgentemente".

Dirceu disse que o Partido precisa analisar as derrotas em algumas cidades e que mesmo com o grande número de vitórias "houve problemas na organização partidária que têm de ser avaliados".



Foto: Cesar Ogata

O presidente petista fez questão de ressaltar que a eleição 2000 não mudou o Partido. "Continuamos com o mesmo programa de governo, fazendo oposição ao governo FHC, priorizando os investimentos sociais e as políticas de geração de emprego".

As mudanças que vêm ocorrendo no Partido, segundo Dirceu, são conseqüências do crescimento do PT ao longo destes 20 anos. "É claro que hoje o Partido está mais aberto, se modernizou. Temos recebido também lideranças importantes, especialmente nestes últimos cinco anos. Mas tudo dentro de um processo natural. O PT não mudou deliberadamente de postura para alcançar um bom resultado nas urnas". E disse que quem está mudando na hora de fazer a sua escolha é o povo. "O PT tem sido apenas o instrumento das mudanças que o eleitor deseja", falou.

Política de alianças

Dirceu creditou ainda o resultado nas urnas à política de alianças do Partido que, segundo ele, foram importantes para a vitória petista sobretudo no segundo turno. "Nos unimos com partidos de esquerda, mas tivemos de nos aliar também com forças de centro para derrotar alguns candidatos". Ele citou como exemplo as eleições de Recife e de São Paulo, "que simbolizam o que o Brasil precisa, com a derrota de oligarquias fortes". No caso de Recife, Dirceu destacou a importância da vitória de João Paulo, "que acabou com a oligarquia do

PFL, que há anos domina Pernambuco", finalizou.

O líder petista Luiz Inácio Lula da Silva também destacou as alianças como fator fundamental para a vitória do PT. Salientou que "em política, a promiscuidade não vale, mas a auto-suficiência e a arrogância também não valem".

"Está chegando o ano do PT e as relações com a cúpula dos partidos estão difíceis", afirmou Lula. Ele destacou, no entanto, que nesses partidos existem pessoas que apóiam o PT. Segundo ele, o Partido vai trabalhar para construir uma aliança e discutir qual o melhor projeto para o país. "Aliança é relação política e não relação promíscua, deve ser feita em cima de um programa político". De acordo com Lula, "o PT tem a responsabilidade de agir como o maior partido de esquerda da América Latina e até do mundo, porque não existe no mundo partido com as nossas características".

Vitrine para 2002

Lula destacou, no entanto, que o primeiro ano das administrações petistas deve servir como vitrine para espelhar as ações do Partido. Ele ressaltou que a Snai vai precisar ser redimensionada para apoiar as 187 administrações petistas.

Em sua avaliação, se os futuros prefeitos não conseguirem administrar bem as cidades "o projeto de 2002 vai para o buraco". Lula destacou que o prefeitos eleitos em 2000 têm de mostrar que o PT é o partido que melhor administra as cidades brasileiras, "têm de

realizar o que prometeram na campanha e conseguir criar consciência política e não apenas fazer obras".

Lula garantiu que o principal desafio dos prefeitos petistas é dialogar com a sociedade para obrigar o exercício da democracia. "Temos de criar condições para que o povo se sinta sujeito da política". Advertiu ainda que a cobrança da sociedade vai ser maior, por isso, "os eleitos não podem ficar na sede, em seus gabinetes, têm de ir às ruas e garantir o diálogo com a sociedade e estimular a conscientização política".

Prévia: instrumento democrático

Ao ser questionado sobre a possibilidade de haver disputa no PT para indicação de candidatura às eleições presidenciais de 2002, Lula afirmou que a prévia é um instrumento partidário e democrático. "Sou o autor deste procedimento de escolha de candidatos petistas, foi aprovado em 1991", garantiu.

Adiantou também que o Diretório Nacional vai discutir os critérios para escolha dos candidatos. "Hoje temos dezenas de nomes em nosso PT que podem competir". Para Lula os 20 anos de existência do Partido mostraram o surgimento de lideranças que podem dar continuidade ao projeto de consolidação do Partido. "Colocamos um filho no mundo para crescer", concluiu o líder petista.

Banespa:

Leilão suspeito



Foto: Parizotti

Petistas questionaram a legalidade do leilão do Banespa realizado no dia 20 de novembro, que terminou com sua aquisição pelo banco espanhol Santander. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que o leilão deve ser objeto de maior atenção pela Justiça. Já o deputado federal Ricardo Berzoini (PT-SP) levantou suspeita sobre o próprio valor de aquisição, mais de R\$ 7 bilhões, e não descarta a possibilidade de ter acontecido um "acordão" entre os participantes do leilão.

"O leilão ocorreu sob circunstâncias altamente questionáveis e que devem merecer uma atenção maior da Justiça. O governo exerceu enorme pressão sobre os órgãos da Justiça para cassar todos os pedidos de liminar", declarou o senador Eduardo Suplicy logo após o resultado do leilão.

Acordão

"É um leilão muito estranho porque não houve competição entre os bancos nacionais e apareceu o Santander com R\$ 7 bilhões", disse Ricardo Berzoini. Para o parlamentar, o leilão do Banespa "tem cheiro de acordão entre o Santander, Banco Central e bancos nacionais". Berzoini resalta que o valor pago pelo Santander ultrapassa em muito o próprio preço mínimo de R\$ 3,7 bilhões e mais ainda o valor estipulado pelo Banco Central, de R\$ 1,85 bilhão. "Acredito que a opinião pública ficará sabendo o que aconteceu somente daqui a alguns anos", diz Berzoini.

"O ágio de 281% é apenas

uma antecipação de impostos porque será debitado do lucro tributário. O governo FHC está promovendo a vulnerabilidade estrutural do país", declarou o líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados, Aloizio Mercadante (PT-SP). Para o líder petista a venda do Banespa para o Santander representa um profundo processo de desnacionalização e que terá conseqüências muito sérias na economia brasileira.

"O Brasil perde o controle de sua poupança e nenhum país desenvolvido abre mão de sua poupança. O Banespa tem papel estratégico para a indústria e a agricultura do Estado de São Paulo e poderia ter sido transformado em um banco público para a superação das distorções", afirmou Mercadante.

Caixa dois

"Foi sintomático que o leilão do Banespa tenha ocorrido no bojo da crise do caixa dois de FHC. Revela que para além das imensas fortunas, o sistema financeiro internacional fez aposta pesada de que FHC faria um governo a seu serviço. A Presidência da República sacrifica um patrimônio público no benefício da concentração de renda nas mãos de seus patrões", disse o deputado federal Milton Temer (PT-RJ).

Intervenção privada

"Nesses seis anos, enfrentamos uma intervenção federal no Banespa e, se necessário for, enfrentaremos uma intervenção privada", declarou o presidente da Associação dos Funcionários do Banespa (Afunesp), Eduardo Rondino, que organizou manifestações no Centro de São Paulo e, no final da tarde, em frente à Assembléia Legislativa de São Paulo. O ato defendeu a manutenção do caráter público do Banespa e a realização de um plebiscito no Estado para que a população decida se o Banespa deve ser privatizado.

"Vamos continuar lutando para impedir esse processo ilegal de venda do Banespa. O artigo 173 da Constituição não foi alterado e esse processo de privatização é ilegal. A Constituição não é um papel higiênico", disse Rondino.

RECADADO

O Brasil falou, nosso povo tomou a decisão



Vencemos as eleições porque nos preparamos para disputá-las, demos a elas um caráter nacional e agimos como um partido político, como uma instituição, transmitindo para a sociedade nossas propostas e mensagens com objetividade e simplicidade.

Havia um sentimento de mudança no país, o PT se fez porta-voz deste sentimento e o nosso povo tomou uma decisão. Apesar do poder econômico, do uso das máquinas, da manipulação de pesquisas contra nós; da intimidação, do medo, que beira o fascismo, do discurso antipetista, da exploração do preconceito que existe na nossa sociedade contra vários temas que são caros ao nosso Partido, ainda assim, uma imensa parcela do nosso povo votou no PT.

Nestas eleições, não foi apenas a militância do PT que nos deu a vitória. O povo assumiu nossa campanha e milhares e milhares de cidadãos e cidadãs, que não são filiados

ou militantes, colocaram a estrela e pediram para a sociedade votar no PT.

O PT se consolidou como partido nacional, majoritário nas esquerdas e na oposição. Mesmo reconhecendo o caráter de opção e de voto de exclusão do 2º turno, não há dúvidas de que o PT foi vitorioso.

Com a vitória em 187 municípios, que concentram 28,8 milhões de habitantes (e 19,6 milhões de eleitores), os prefeitos petistas vão administrar 17,5% da população brasileira. O PT elegeu, ainda, 131 vice-prefeitos e 2.485 vereadores.

Das 62 maiores cidades de nosso imenso Brasil, que têm cerca de 30% da população, vamos governar dezesseis. Antes governávamos cinco. De duas capitais, subimos para seis, reelegendo em Porto Alegre e em Belém.

Isso significa que o PT se transformou num partido de massas. O nosso velho sonho de ter um partido de trabalhadores, democrático, socialista, de luta social e popular no Brasil acaba de se realizar pelo processo eleitoral.

E nossa vitória foi qualificada pelos nossos adversários. Já teria sido uma grande vitória se fosse apenas a vitória da ética, da moralidade pública, da participação social. Mas ela se transformou, principalmente no 2º turno, numa vitória do vermelho, da estrela, do PT e do Lula. Assim quis a direita

conservadora brasileira. Foi uma derrota para o projeto neoliberal e a realidade é que somos, mais uma vez, colocados frente à oportunidade de ser governo no Brasil.

A grande lição desta eleição é, sem dúvida, a da unidade e da união. O Brasil sabe que precisamos de alianças políticas e de unidade política. Quando nos unimos, vencemos. A unidade interna no PT, a realização de uma campanha eleitoral sem olhar cores e tendências dentro do Partido, o apoio a todos os candidatos, uma distribuição democrática, equitativa dos recursos, da agenda, da assessoria jurídica e de comunicação, além de uma linguagem comum e de uma aliança política, sinalizaram que o PT tinha que fazer alianças, mas preservando sim o seu caráter e sua face política programática.

O Brasil vai olhar nossos governos. Construímos em nosso país administrações democráticas-populares com o modo petista de governar, que tem a marca da ética, do orçamento participativo, do investimento social.

O povo brasileiro quer mudar o modelo econômico, mas não podemos esperar esta mudança para combater a pobreza, a desigualdade e o preconceito. E os instrumentos que nós temos são nossos programas sociais, como a renda mínima, a bolsa-escola, o banco do povo, o médico de família.

Mas é momento de refletir e olhar para o futuro. Nossos prefeitos têm agora uma agenda nova, que é a geração de emprego e renda, o combate à violência, a agenda das regiões metropolitanas, das grandes metrópoles, da poluição, das enchentes, do trânsito, do problema grave do lixo. Temos, portanto, uma agenda que aponta para 2002, porque para 2001 temos na pauta governar cidades e Estados para governar o Brasil. E temos uma agenda social no país, junto aos movimentos populares.

O nosso povo começou a caminhar com suas próprias pernas, começou a entender o que está acontecendo historicamente no Brasil e nós somos a força política que representa essa aspiração e essa esperança.

Estamos mais experientes, mais amadurecidos, temos mais capacidade política, mais apoio na sociedade e uma melhor compreensão do que acontece no mundo. Daí a responsabilidade dos nossos prefeitos, prefeitas, vices e vereadores.

Vencemos porque representamos, para uma parcela cada vez maior do eleitorado e da cidadania, a ética na política, a prioridade no social e a alternativa de um Brasil mais justo e solidário.

Pelo PT e pelo Brasil, vamos a 2002. Vamos governar o Brasil.

José Dirceu é presidente nacional do PT e deputado federal

INTERNACIONAL

Eleições nos EUA e a luta pela democracia

As recentes eleições nos Estados Unidos serviram principalmente para demonstrar os sérios problemas do atual sistema eleitoral e, conseqüentemente, da democracia naquele país. A possibilidade do candidato Al Gore ter recebido maior número de votos por parte da população e não ser eleito pelo Colégio Eleitoral deverá forçar uma reavaliação profunda no sistema político, por meio de uma pressão crescente da sociedade organizada.

A imprensa brasileira tem criticado principalmente o fato das apurações não serem automatizadas. Mas esse é um dos poucos elementos no sistema eleitoral norte-americano que tende a garantir que a vontade dos eleitores seja cumprida, pois permite a recontagem dos votos. Outro problema destacado, principalmente no *The New York Times* e no *The Washington Post*, seria o fato da demora na apuração causar insegurança institucional para o país. Esse argumento reflete a preocupação dos investidores de *Wall Street* e das corporações que patrocinaram campanhas milionárias e esperam suas recompensas. Para a maioria da sociedade norte-americana, segurança e estabilidade dependem do grau de confiança no processo eleitoral de seu país.

Diversas entidades, e principalmente o Partido Verde, têm criticado o atual sistema eleitoral e apresentado propostas concretas para aperfeiçoá-lo. A candidatura de Ralph Nader representou uma crítica ao sistema bipartidário e ao poder das grandes corporações sobre os partidos Republicano e Democrata. Vale lembrar que mesmo com o apoio de muitos sindicatos, o Partido Democrata tem priorizado os interesses das grandes empresas e adotado a agenda conservadora dos republicanos. Na primeira campanha de Bill Clinton, em 1992, o movimento sindical contribuiu com cerca de trinta milhões de dólares e, logo após sua posse, uma das primeiras atitudes de Clinton foi implementar o Nafta.

Em seu segundo mandato, Clinton aprovou a *welfare bill*, uma lei que determina limites para o seguro desemprego e que afeta principalmente mulheres pobres que não têm como trabalhar e cuidar de seus filhos ao mesmo tempo. Analistas explicam que, na verdade, um presidente republicano não teria condições de aprovar esse tipo de legislação, pois enfrentaria forte oposição por parte dos movimentos sociais. Foi preciso um presidente democrata, com apoio dos sindicatos, do movimento de mulheres e do movimento negro, para destruir esse sistema de seguridade social - uma das principais bandeiras de seu partido nos últimos 50 anos.

Esse tipo de atitude por parte dos democratas levou os setores mais progressistas a apoiarem a candidatura de Ralph Nader e reivindicarem uma profunda reforma no sistema eleitoral, que podem ser resumidas em:

1. Campanhas devem ser financiadas com verbas públicas, eliminando contribuições de grandes empresas e limitando o total de gastos dos candidatos (federal, estadual ou municipal).
2. O Colégio Eleitoral deve ser abolido e as eleições devem ser diretas.
3. Os debates devem ser abertos aos pequenos partidos.
4. Os candidatos devem ser obrigados a prestar contas de todas as doações e também de suas finanças pessoais.
5. O sistema eleitoral deve ser proporcional e possibilitar a realização de segundo turno, como forma de estimular o voto nos pequenos partidos.
6. O horário eleitoral no rádio e TV deve ser gratuito.
7. O registro de eleitores deve ser estimulado e os prazos de cadastramento devem ser estendidos.
8. Os imigrantes e presidiários devem adquirir direito ao voto.
9. E, finalmente, todos devem ter direito à educação gratuita, de qualidade, como forma de facilitar o desenvolvimento de um verdadeiro sistema democrático.

Portanto, para os setores realmente progressistas da sociedade norte-americana, a principal preocupação não é a definição entre Gore e Bush. A indefinição do resultado se deve ao fato das eleições não serem diretas, mas definidas pelo Colégio Eleitoral. Esse sistema foi colocado em cheque e a prioridade da sociedade organizada será lutar pela democratização do sistema político em seu país.

Maria Luisa Mendonça é jornalista, diretora do Centro de Justiça Global e membro do coletivo da Secretaria de Relações Internacionais do PT

PT perde David Capistrano

publicado na FSP - 14/11/2000

Centenas de pessoas acompanharam no dia 12 de novembro o cortejo fúnebre de David Capistrano. O caixão, envolvido com as bandeiras do Brasil e do Partido dos Trabalhadores, foi trasladado por um carro do Corpo de Bombeiros pelas ruas de Santos. Desde a saída do féretro, na sede da prefeitura, até o Cemitério Memorial, o ex-prefeito foi homenageado com respeito e emoção. A passagem do cortejo era aplaudida. Diante da Secretaria da Saúde, os funcionários alinharam as ambulâncias e fizeram soar as sirenes, em memória de seu antigo chefe. À frente da caminhada seguiam, além dos familiares e amigos mais próximos, o presidente nacional do PT, José Dirceu; Luiz Inácio Lula da Silva; o presidente do diretório estadual, Paulo Frateschi; o senador Eduardo Suplicy; os deputados José Genoíno, Telma de Souza, Maria Lúcia Prandi e Mariângela Duarte. O ministro da Saúde, José Serra, também acompanhou o cortejo. As últimas saudações foram feitas na câmara nobre do cemitério. Os companheiros históricos de David Capistrano foram representados por Max Altman, que lembrou sua trajetória de médico e revolucionário. O ministro José Serra destacou sua contribuição para a organização da saúde pública e recordou sua luta incansável por justiça social. O presidente nacional do PT, José Dirceu, fez as despedidas finais. "É muito difícil ver a bandeira do Partido recolhida como está hoje, porque ela está sempre ao vento, como símbolo daqueles que sonham, como você, por um Brasil mais justo", disse Dirceu, com os olhos fixos sobre o caixão. "Mas assim prestamos nossa homenagem,

PIRATAS DO TIETÊ - Laerte



prometendo ir avante na luta pela qual você dedicou sua vida." Após a intervenção do dirigente petista, o corpo baixou para os procedimentos de sepultura ao som da Internacional. Os amigos e companheiros colocaram-se de pé, muitos de punhos erguidos e lágrimas nos olhos. O ex-prefeito de Santos e dirigente do Partido dos Trabalhadores, David Capistrano da Costa Filho, faleceu às 19h30 do dia 10 de novembro. Estava internado desde o dia 2 de outubro, em São Paulo, no Hospital Sírio Libanês, onde tinha sido submetido a um transplante de fígado. Sua morte foi provocada por septicemia e falência de múltiplos órgãos, depois de trinta dias na Unidade de Terapia Intensiva. A cirurgia foi uma tentativa de superar problema crônico no fígado, com origem no tratamento quimioterápico que enfrentou há quinze anos para combater uma leucemia mielóide aguda.

Pernambucano de Recife, onde nasceu no dia 7 de julho de 1948, casado com Haidê Benetti de Paula e pai de quatro filhos, David iniciou sua participação política ainda na adolescência. Seus pais, Maria Augusta e David Capistrano, eram militantes do Partido Comunista. Depois do golpe

militar de 1964, foi preso pelo exército aos quinze anos de idade. Libertado, mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade de Medicina da UFRJ. O pai, dirigente histórico do PCB, vivia na clandestinidade, perseguido pelas forças de segurança. Combatente da Guerra Civil Espanhola (1936-39) e da Resistência Francesa (1940-45), foi preso em março de 1974, na fronteira com o Uruguai, quando tentava regressar ao Brasil. Está desaparecido desde então.

David começou sua carreira profissional como pediatra, mas logo se dedicou à organização da saúde pública. Fundou diversas publicações e entidades. Um dos mais renomados médicos sanitaristas do país, foi secretário de Saúde em Bauri e Santos. Combinou essa trajetória com uma dedicação intensa à luta contra o regime militar e pela construção de uma alternativa de esquerda no país. Sua participação política obrigou-o a sair do Rio de Janeiro, depois de diversas prisões. Residia no Estado de São Paulo desde 1974, onde se transformou no principal dirigente do PCB e responsável pela reorganização da sessão

paulista no final dos anos setenta.

Rompeu com seu antigo partido em 1983. Desde 1985 era militante do Partido dos Trabalhadores. Nos anos seguintes foi eleito para sua direção estadual e, depois, para o diretório nacional. Mudou-se para Santos no início dos anos noventa, já como secretário de Saúde do governo petista da prefeita Telma de Souza, a quem sucedeu a partir de 1993. Concluiu seu mandato em 1996 e voltou a trabalhar como médico sanitarista. Coordenou, então, o Qualis/Programa de Saúde da Família. Nos últimos meses atuava como consultor do Ministério da Saúde e da Prefeitura de Vitória da Conquista.

David, deixa a esposa Haidê, a mãe Maria Augusta os filhos Marta, Adélia, David e Augusto, e as irmãs Maria Carolina e Maria Cristina.

Seu corpo foi velado durante quarenta horas, primeiro na Assembleia Legislativa de São Paulo e, depois, na Prefeitura de Santos. No próximo dia 10 de dezembro o Partido dos Trabalhadores realizará, na sede nacional, um ato solene em sua homenagem.

PTnotícias

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Dirceu

DIAGRAMAÇÃO
Alexandre Machado

SECRETÁRIO NACIONAL
DE COMUNICAÇÃO
Ozeas Duarte

FOTOS
Roberto Parizotti

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Fernanda Estima
MTB 25075

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

REDAÇÃO
Rosana Ramos, Fernanda Estima,
Walter Venturini e Cláudio Cezar Xavier

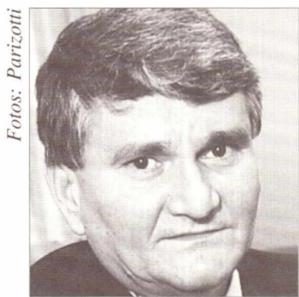
SEDE
Rua Silveira Martins, 132, São Paulo -
SP CEP 01019-000
Tel: (011) 233-1313 Fax: (011) 233-1349

ADMINISTRAÇÃO
Ricardo Bimbo e
Sônia M. N. Pedroso

e-mail: ptnot@pt.org.br
Home page: www.pt.org.br
Tiragem: 12.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Artpress

BRASIL

Ao vencedor, as batatas... quentes!



Fotos: Parizotti

Festejar a vitória nas eleições de 1998, ao lado dos meus companheiros de décadas de lutas sindicais, foi um momento de alegria inesquecível. Naquele momento, podia confiar sinceramente em um futuro próximo de mais justiça social para o Estado de Mato Grosso do Sul. Rompia-se ali um círculo vicioso de vinte anos de incompetência e desmandos.

Mas a diferença entre lutar pelo poder e exercê-lo é brutal.

Já porque depois de assumir o governo, não é mais tão fácil escolher um lado, pois o governador eleito torna-se árbitro e refém da disputa generalizada por recursos escassos.

Para começar, cada área do próprio governo toma parte ativa nesse conflito distributivo, e cada secretário transforma-se em um líder da sua corporação. Em verdade, a lógica de estruturar funcionalmente o Estado, por si mesma, atende à inflexão dos interesses de cada segmento em disputa pelo dinheiro público, segundo a

força da corporação respectiva: a produção pelos empresários mais importantes, a infra-estrutura pelos empreiteiros, a administração do Estado pela elite do funcionalismo, a universidade por seus acadêmicos, a saúde pelos médicos, a comunicação pelas agências e meios de comunicação, etc, cada qual representando interesses setoriais e profissões regulamentadas, com suas reservas de mercado, pisos salariais e incentivos fiscais. Claro que sob orientação política clientelista, essa federação de interesses corporativos tende a conformar a organização estatal em uma teia descoordenada de acomodações fisiológicas e antagônicas.

Quem não está em uma corporação forte, está fora. E quem está fora desse convívio corporativo, o trabalhador mais pobre, este paga a conta, por via da tributação regressiva que o Estado pratica. Ou seja, para os que proporcionalmente contribuem mais, não sobra do banquete nem mesmo as migalhas da assistência social, porque essas são disputadas pela multidão dos excluídos.

Por isso a alegria da vitória acaba poucos dias depois da posse, quando se percebe que a máquina refugia o programa do governo. Ela tem suas exigências, e o seu clamor, no início do governo, é mais forte que o da sociedade, esta

Antes mesmo de esgotar a discussão sobre o papel e o tamanho adequado do Estado-membro, é preciso tirá-lo do vermelho, porque deficitário ele não tem papel nenhum

confiante em que o eleito cumpra suas promessas. Para os governos estaduais passados, que contavam com a saída mágica do endividamento ilimitado e a corrosão das dívidas pela inflação, bastava engabelar os eleitores com muita publicidade e grandes gastos de prioridade duvidosa. Quanto à federação de corporações encastelada na máquina pública, cada qual negociava o seu quinhão em função do seu peso eleitoral ou da importância do seu silêncio.

Neste governo a realidade é outra. Agora, além do conflito distributivo interno, exacerbou-se também o conflito distributivo no âmbito da Federação. De tanto agir como um louco perdulário, o Estado-membro acabou preso na camisa de força do hospício federativo. A União concentrou as receitas, passou a intervir diretamente na gestão

financeira estadual por meio do acordo para refinanciamento da dívida e editou um conjunto de normas que carimbou boa parte das verbas e submeteu o desempenho fiscal dos Estados a rígido controle.

A síntese desse processo é a Lei de Responsabilidade Fiscal. É certo que os governos estaduais fizeram por merecer esse tratamento de choque. Mas também é certo que já se pode questionar a utilidade de uma parcela considerável do aparato normativo e de gestão do Estado-membro.

Uma conta simples exemplifica a situação: da receita total do Estado de Mato Grosso do Sul, cerca de 70% está vinculado ao pagamento da dívida com a União; às transferências constitucionais e legais aos municípios e aos poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas; às aplicações obrigatórias na educação, saúde e ciência e tecnologia. Os restantes 30% não são suficientes para pagar a folha do pessoal das áreas que não possuem recursos vinculados, mesmo que as despesas com pessoal estejam abaixo do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Do ponto de vista financeiro, portanto, quase não há o que governar, além do departamento de pessoal.

O Estado, contudo, não é apenas o aparelho de Estado, por mais que o governador esteja nele confinado. Há o

trabalho de articulação política regional a ser feito, há o planejamento a ser definido, e há, sobretudo, a dívida social a ser paga.

Apesar da camisa de força enquanto não se revê o pacto federativo, o governo não pode ficar paralisado diante do déficit público e da inanição da máquina.

Antes mesmo de esgotar a discussão sobre o papel e o tamanho adequado do Estado-membro, é preciso tirá-lo do vermelho, porque deficitário ele não tem papel nenhum, à mingua de instrumentos de financiamento do déficit. Na UTI do acordo para o refinanciamento da dívida, a única serventia do Estado-membro é drenar o sangue dos mais pobres.

E aqui chego ao ponto. Promover o ajuste fiscal, cortar gastos de um Estado clientelista, perdulário e ineficiente, rever a tributação e a renúncia fiscal para minimizar a regressividade, mesmo com o sacrifício de privilégios de algumas corporações, é mais do que necessário, é imperativo de moralidade na gestão da coisa pública. Se não houvesse a necessidade financeira, haveria a exigência moral.

Não há nada mais imoral do que o calote no cidadão. Especialmente no trabalhador de baixa renda, que nunca é demais lembrar, paga a maior parte da conta e vê cada dia mais ameaçada a sua dignidade e o seu emprego, quando não

teme pela vida.

Assim sendo, com atraso e pressão, estou acelerando o processo de ajuste fiscal no Estado de Mato Grosso do Sul, com vistas a melhorar a eficiência do governo. Bem por isso, nos últimos dias tenho sido acusado de patrocinar uma reforma neoliberal e autoritária. Pode ser cômico, para quem conhece o meu nome político e recebe a notícia de longe.

Para mim, no entanto, foi doloroso estar diante de companheiros e companheiras do movimento sindical, transtornados, queixando-se da falta de democracia na formulação das medidas de ajuste, depois de um ano de discussões em que todos concordavam com a necessidade dos cortes, desde que os cortes não os atingisse. O consenso, possivelmente, demoraria mais dois anos e aumentaria a despesa. Depois de um longo processo de discussão e consultas que durou um ano - o que não aconselho a nenhum dos novos prefeitos que faça - o ajuste teve de ser feito ao toque de alerta da Lei de Responsabilidade Fiscal, sem consenso e sem trégua.

Serve a lição para os novos eleitos e o pobre consolo do título, arremedando a filosofia barata de Quincas Borba: ao vencedor, a batata quente do ajuste fiscal.

José Orcirio, o Zeca do PT, é governador do Estado de Mato Grosso do Sul

Conferência de Brasília

Com os objetivos de discutir os desafios e tarefas da quinta geração de governos petistas municipais, o papel político dos prefeitos na conjuntura nacional, a nova agenda estratégica dos governos locais e a articulação nacional dos prefeitos(as) e mandatos parlamentares municipais foi realizada a Conferência de Brasília.

Durante três dias desenvolveu-se um fecundo debate - participativo e plural - comprometido em construir referências comuns que deverão orientar as decisões dos novos prefeitos (as) e vices.

Quatro grandes questões estiveram presentes ao longo de todos os debates:

- O Partido dos

Trabalhadores como uma alternativa de governo;

- Os governos petistas e o projeto partidário;
- O legado e a nova agenda do modo petista de governo com destaque para o desenvolvimento econômico local;

• A construção política, a governabilidade e articulação dos novos governos petistas.

A Conferência foi um importante espaço de diálogo, conhecimento e interação entre dirigentes partidários, prefeitos atuais e novos prefeitos, vices, vereadores, parlamentares federais, instituições de pesquisa, consultores e associações parceiras de nossas administrações.

A Conferência possibilitou à Direção Nacional, por meio

da Presidência e da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais, construir com os futuros prefeitos uma agenda de cooperação e ação conjunta. Um novo encontro dos nossos prefeitos e vices

foi agendado para o próximo mês de janeiro, em Porto Alegre (RS), durante a realização do Fórum Social Mundial. Também ficou marcada uma reunião em Brasília, no próximo dia 12

de dezembro, com os secretários de finanças indicados pelos futuros prefeitos(as) para a discussão, em conjunto com a Snai, bancada federal e Senado sobre a gestão

financeira, a dívida pública das cidades e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Conferência de Brasília evidenciou que os resultados das eleições municipais de 2000 revelam um partido amadurecido e uma nova geração de governantes petistas à altura dos desafios e tarefas das novas administrações municipais. Até o final de dezembro as discussões e recomendações da Conferência serão apresentadas nos encontros estaduais de prefeitos, vices e vereadores que estão sendo organizados pelos Diretórios Estaduais.

Vicente Trevas é secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT

QUADRO DOS PARTICIPANTES NA CONFERÊNCIA DE PREFEITOS, VICES E VEREADORES

PREFEITOS	112
VICE- PREFEITOS	63
VEREADORES	85
DEP. ESTADUAIS E FEDERAIS	48
GOVERNOS DE COALIZÃO	44
IMPRESA	47
DIRIGENTES PT(DM's, DR's e DN)	82
CONVIDADOS (SECRETARIOS, ONG'S ASSESSORES ETC)	372
TOTAL DE CREDENCIADOS	853

CBF e Nike: um contrato sob suspeita

A CPI da CBF/Nike, instalada na Câmara dos Deputados, tem por objetivo investigar os termos reais do contrato assinado entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa holandesa de produtos esportivos Nike e todos os contratos entre jogadores, clubes, federações e patrocinadores.

Queremos saber porque a CBF abriu mão de dirimir dúvidas do contrato em fórum brasileiro, concordando com o direito da Nike de processá-la em tribunais de qualquer país do mundo.

Queremos saber o que dizem os termos secretos desse contrato. São secretos por quê? Qual critério para que seja a Nike a escolhida entre tantas outras empresas interessadas no patrocínio? Desconfiamos que escondem

falcatruas, do contrário não precisavam ser secretos. E os tais adendos de contrato? Quais são e onde estão?

Queremos saber até onde vai o poder da Nike de escalar os jogadores da Seleção Brasileira. Pelo contrato, para os jogos da Seleção, têm que ser convocados pelo menos oito jogadores patrocinados pela Nike. Se esse percentual é contratual, será que a Nike teve alguma responsabilidade na escalção do Ronaldinho, que estava doente, na final de 1998?

Vamos nos desdobrar nessas investigações, lutando, inclusive, contra setores que tentaram boicotar a instalação dessa CPI e que, mesmo não conseguindo seu intento, tiveram êxito na operação de infiltrar seus representantes nas duas CPIs. Na da Câmara, há pelo menos onze membros ligados a

times de futebol.

Queremos saber também o que existe nos porões dos contratos de grandes jogadores brasileiros, qual o papel dos empresários e a possibilidade de existência de

Queremos saber também o que existe nos porões dos contratos de grandes jogadores brasileiros, qual o papel dos empresários e a sonegação fiscal e previdenciária

sonegação fiscal e previdenciária, já que os valores divulgados pela imprensa são astronomicamente maiores do que os constantes da carteira de trabalho dos jogadores.

É relevante também notar que a Nike é denunciada por vários jornalistas e ONGs do mundo inteiro, por abusar física e verbalmente dos trabalhadores de suas fábricas no Vietnã e em El Salvador. Ter contratado militares do exército da Indonésia para intimidar trabalhadores durante negociações salariais. Ter demitido os trabalhadores que se organizavam em sindicatos e de contratar mão de obra semi-escrava. E mais, é acusada de explorar o trabalho feminino no Vietnã, na Indonésia e na China e de explorar o trabalho infantil no Paquistão. Este é o perfil da multinacional com a qual a CBF

assinou um contrato, cheio de adendos e cláusulas sigilosas.

As falhas contratuais já começam a aparecer. Recentemente, o presidente da CBF veio a público admitindo que errou e que seu erro poderá fazer a CBF perder cerca de 15 milhões de dólares por não poder cumprir os jogos amistosos, aos quais a Nike tem direito.

Duas outras denúncias graves estão sendo apuradas pela CPI. Uma delas diz respeito à transferência de adolescentes brasileiros para outros países. São levados com promessas de bons salários e acabam vivendo de forma degradante e até como clandestinos em vários países da Europa. Queremos saber até onde vai a responsabilidade da CBF, dos empresários de jogadores e dos clubes nestas transferências.

A outra denúncia é sobre a máfia dos passaportes falsos. Queremos saber quem são os responsáveis pela emissão dos documentos falsos, qual a ligação da máfia européia com clubes e jogadores brasileiros. Para apurar essas questões estaremos, em missão oficial da CPI, no período de 21 a 30 de novembro, em Portugal e na Itália, países em que têm ocorrido denúncias e investigações sobre o assunto.

Esses questionamentos demonstram que a CPI CBF/Nike é absolutamente oportuna e tudo faremos para que chegue a conclusões esclarecedoras sobre as falcatruas que mancham o futebol brasileiro!

Pedro Celso é deputado federal (PT/DF) e vice-presidente da CPI da CBF/Nike

DISCUSSÕES

Marcha Mundial de MULHERES

Fotos: Alexandre Machado

No dia 17 de outubro manifestações em todo o mundo encerraram a Marcha Mundial das Mulheres 2000 contra a pobreza e a violência sexista. Aderiram à Marcha mais de seis mil grupos de 159 países e territórios. São grupos do movimento de mulheres, movimento popular, sindical, rurais e urbanos, de mulheres negras, indígenas, jovens, entre outros, que realizaram debates, ações de protesto, pressão por políticas públicas e recolheram mais de cinco milhões de assinaturas. A Marcha reuniu mulheres de toda a parte dispostas à ação, a expressar de forma coletiva seu descontentamento e sua certeza de que o mundo pode ser justo e igualitário.

A Marcha ressaltou a necessária articulação nas lutas contra o capitalismo e a opressão das mulheres. Esta articulação se expressou nas reivindicações de ações emergenciais e de combate às causas da pobreza e da violência, nas instituições interpeladas (FMI, Banco Mundial, ONU) e nas



palavras de ordem e locais das manifestações de protesto. No dia 14 de outubro 35 mil mulheres vindas de todos os países da Europa se reuniram em Bruxelas exigindo da União Européia a abertura para o leste, para as/os imigrantes e a reparação e solidariedade com os países pobres. No dia 17, mulheres da Índia e de Bangladesh realizaram protestos nos escritórios regionais do FMI e do Banco Mundial.

No Brasil foram trinta manifestações regionais trazendo para as ruas mais de dez mil mulheres, com

muita música, teatro e palavras de ordem contra o capitalismo neoliberal e o machismo. Em São Paulo mais de cinco mil mulheres participaram da passeata que se organizou em três alas: pobreza, violência e irreverência, fez uma parada na Bolsa de Valores e se dirigiu à Praça da Sé onde uma enorme ciranda encerrou o ato.

As manifestações internacionais da Marcha Mundial de Mulheres aconteceram nos Estados Unidos. No dia 15 de outubro, em Washington DC, as norte-americanas

denunciaram os retrocessos no direito ao aborto, nos programas sociais dirigidos às mulheres pobres e a persistência da violência sexista.

No dia seguinte o Comitê de Enlace da Marcha Mundial participou de audiências com o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, e com Horst Köler, diretor geral do FMI. Falamos para eles de nosso desacordo com suas políticas, do impacto que causam na vida das mulheres e exigimos o cancelamento da dívida externa dos países do terceiro mundo e o fim

dos programas de ajuste estrutural.

No dia 17 de outubro uma belíssima passeata cruzou Nova York com cerca de dez mil mulheres dos quatro cantos do mundo. Em audiência com Louise Fréchette, secretária geral adjunta da ONU, e Angela King, assessora para questão de gênero, entregamos nossas reivindicações e os milhares de abaixo-assinados.

Em toda parte o ano 2000 foi um ano de afirmação e luta pelos direitos das mulheres. A Marcha Mundial nos permitiu por

em andamento uma rede feminista em nível internacional. Esta é uma experiência fundamental que queremos preservar e fortalecer desenvolvendo iniciativas próprias e autônomas.

A Marcha se integra plenamente em um movimento mais geral de luta contra a globalização neoliberal e assim estaremos participando do Fórum Social Mundial que acontecerá no final de janeiro em Porto Alegre.

A marca do movimento de mulheres realizando grandes ações de rua permanece e deve ser recolocada no 8 de março de 2001. Estaremos abrindo a agenda das mobilizações dos movimentos sociais brasileiros reafirmando nossas cores lilás e vermelha, símbolo das nossas lutas contra o capitalismo neoliberal, o machismo e a opressão das mulheres.

Miriam Nobre é técnica da SOf (Serviço de Orientação Feminista), integrante da Secretaria Executiva da Marcha Mundial no Brasil e do Comitê de Enlace Internacional

Instituto Cidadania dá pontapé inicial para “Fome Zero”

Foto: Alexandre Machado

Mais de 50 especialistas nas áreas de nutrição, abastecimento e combate à fome, entre técnicos, acadêmicos, pesquisadores e políticos vindos de todo o país, atenderam ao convite do Instituto Cidadania (IC) para participar no dia 14 de novembro da reunião que deu início aos trabalhos do projeto “Fome Zero”.

O plano é apresentar, dentro de no máximo um ano, uma proposta de política pública em âmbito nacional para, a curto prazo, erradicar do país a fome – mal que atinge hoje cerca de um terço dos brasileiros, ou 55 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea).

O projeto é a mais nova iniciativa do IC - ONG suprapartidária, coordenada por Luiz Inácio Lula da Silva - no debate e elaboração de políticas públicas alternativas para o país. Este ano o Instituto já apresentou, no mesmo molde, o Projeto Moradia, considerado o maior projeto não-governamental de política para habitação já lançado no Brasil.

“A questão é política e merece uma decisão política”, afirmou no evento dom Mauro Morelli, atual presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e ex-coordenador do Conselho Nacional de Segurança Alimentar durante o governo Itamar Franco. O bispo deverá ser uma das peças-chave do projeto.

Neste primeiro encontro do projeto, além do ex-governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, o senador Eduardo Suplicy, o presidente do PT, José Dirceu,



estiveram presentes representantes de universidades e de partidos de esquerda, técnicos dos governos do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso do Sul, ex-integrantes das administrações petistas em Belo Horizonte e no Distrito Federal e entidades como CUT, Contag, Embrapa, Ibase (ONG fundada pelo sociólogo Herbert de Souza), Ipea, Instituto Pólis, Fundação Perseu Abramo, Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), Instituto Materno-Infantil de Pernambuco e Fundação Djalma Guimarães, parceira do IC na organização do projeto. Os próprios presentes ao evento reconheceram que a reunião de um grupo tão abrangente em torno de um objetivo comum é um fato inédito.

“A questão é grave e exige

um esforço para que superemos diferenças menores. Não se trata de produzir uma proposta partidária ou eleitoral, mas de unirmos forças para elaborar uma maneira de acabar definitivamente com esse flagelo”, disse Lula durante o evento, ressaltando que o IC adiou o início dos trabalhos do “Fome Zero” para novembro justamente para evitar confusões em relação às intenções do projeto.

Ao reiterar as críticas às políticas sociais do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o conselheiro do IC atacou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, dizendo: “o que o Malan conhece do pobre? O pobre, para ele, é uma peça de ficção. É um Pokemon”.

“Faltar com a ética não é só corrupção, mas também conviver com a fome”, disse o

ex-governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque. “A população está esperando um recado nosso”, falou.

O presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), afirmou que os governadores e prefeitos do Partido farão um “esforço incomensurável” para aplicar o projeto, depois de pronto. Ele ressaltou que o problema do desemprego e da fome só será resolvido com uma mudança na política econômica.

Histórico

Não é a primeira vez que Lula se debruça sobre o tema da fome. Em 1991, uma equipe coordenada por ele elaborou uma proposta de Política Nacional de Segurança Alimentar, que inspirou a conhecida Ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida, a popular

“Campanha do Betinho”, além da criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, presidido por dom Mauro Morelli, durante o governo Itamar Franco.

O projeto anterior previa que a solução do problema da fome se assentava sobre a redefinição de quatro pilares: políticas agrária, agrícola, de abastecimento e de emprego. O novo plano já parte de pelo menos uma premissa: no Brasil, não há hoje escassez de alimentos. A fome é uma consequência da má-distribuição de renda.

Segundo a coordenadora executiva do “Fome Zero”, Clara Ant, “há hoje inúmeras iniciativas bem-sucedidas no combate à fome país afora. Entretanto, a ausência de uma política federal que articule todas elas impede que tenhamos uma ação que efetivamente erradique o problema. É uma falha imperdoável, que só se explica pelo descaso do atual governo”. Clara diz que o projeto pode colaborar no sentido de cobrir esse vácuo deixado pela omissão do poder federal.

O economista Walter Belik, da Unicamp, coordenador técnico do projeto, explica que o “Fome Zero” deve se concentrar em quatro focos:

1) diagnosticar a situação da fome no país, cruzando os dados oficiais, baseados no estudo da distribuição de renda, com estatísticas que também levem em conta os índices de qualidade de vida – “há pobres que comem bem, e ricos que, devido a maus hábitos, alimentam-se muito mal, o que precisa ser considerado. Nós nem

mesmo temos hoje dados seguros para avaliar a capacidade nutricional dos alimentos que produzimos”, diz ele;

2) avaliar atuais programas de combate à fome, governamentais ou não, sejam eles bem ou mal-sucedidos;

3) avaliar o atual sistema de abastecimento no país, considerando situações recentes, como o crescimento da importância do papel dos supermercados nas redes de distribuição de alimentos – “iniciativas dos governos do Rio Grande do Sul e Distrito Federal na área tiveram como pilar fundamental os acordos com esses estabelecimentos”, lembra Belik;

4) considerar a “institucionalidade” do problema, ou seja, como pode ser implementada uma “divisão de tarefas” entre poder público e outros atores sociais que se dedicam ao combate à fome, como ONGs e entidades do movimento popular – “os governos podem ser um dinamizador da ação, superando medidas ultrapassadas como a simples distribuição de cestas básicas. O ideal é que haja uma sobreposição de políticas, visando um objetivo mais amplo, a conquista da cidadania”, explica o economista.

Os participantes do projeto voltarão a se reunir nos meses de maio a julho, para pelo menos três grandes seminários regionais, no Nordeste, em São Paulo e em Brasília, onde apresentarão trabalhos e discutirão o texto final do “Fome Zero”, o qual deverá ser apresentado até outubro.

CONFERÊNCIA

PT é alternativa ao neoliberalismo

Foto: Alexandre Machado



O PT sobe em todo o país

A participação popular e a implementação de políticas de desenvolvimento econômico foram a tônica da discussão contra as reformas neoliberais do governo FHC. O PT é alternativa ao neoliberalismo, garantiram os líderes petistas.

Para o deputado federal Aloizio Mercadante (SP), o neoliberalismo implantado no Brasil desarticulou o país e aumentou a pobreza e a miséria. "Mas há um Brasil profundo que resistiu ao neoliberalismo. Esse Brasil passa pelo projeto do PT. Somos a esperança do povo brasileiro que quer ética na política, prioridade para o social e políticas de desenvolvimento econômico que gere emprego e renda."

Segundo Mercadante, o PT não faz apenas oposição e resistência a esse modelo. "Temos proposta. É preciso fazer reforma agrária, é preciso desenvolver complexos agrícolas e mostrar que é possível gerar emprego sim." Ele citou como exemplo o aproveitamento da política do pró-álcool para as regiões da cana-de-açúcar ou o suco de laranja para as regiões produtoras de laranja. "Estamos crescendo com consciência e como projeto alternativo ao modelo neoliberal, mas sem criar falsas expectativas."

Já o prefeito de Porto Alegre (RS), Raul Pont, chamou atenção para a democracia participativa como melhor forma de combater o neoliberalismo e de consolidar a relação da população com o modo petista de governar. "As pessoas passam a conhecer o Orçamento e a forma perversa como esse modelo de governo faz a distribuição de renda."

Raul Pont, terceiro petista a administrar consecutivamente Porto Alegre, alertou que não basta uma boa administração para garantir a manutenção do Partido no governo. "É preciso ter um governo participativo para atender as vontades e necessidades do povo. Sem isso, o governo é frágil, sem respaldo e o voto passa a ser volúvel."

Segundo Pont, a maior consequência do neoliberalismo é o desemprego. E o maior desafio dos prefeitos é encontrar formas de gerar emprego e renda. "Para isso não existem recursos tributários previstos. A administração tem de ser criativa e descobrir alternativas no próprio município".

Em Porto Alegre, Pont disse que o próprio Orçamento Participativo tem apontado caminhos para essa geração de emprego. "A população definiu quatro áreas prioritárias: saúde, educação, habitação e assistência social. Com isso, ao construirmos mais escolas, por exemplo, estamos criando empregos na construção civil, para professores, educadores de adultos e parte administrativa da escola", explicou.

As 13 dicas para o Prefeito 13

Intervenção do deputado Antônio Palocci, prefeito eleito de Ribeirão Preto (SP), na Conferência Nacional de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores do PT.

- 1** Você prometeu mudanças, mas não pense nunca que a mudança inicial deve se dar no campo administrativo. A mudança tem que ser essencialmente política. Por isso, fuja das mirabolantes propostas de reformas administrativas.
- 2** Lute para realizar todos os compromissos de campanha. Peça ajuda ao povo, a entidades e aos empresários. Não tenha medo de conversar com os empresários, e o faça publicamente. O povo não avalia o governante apenas pelo resultado, mas principalmente pelo seu esforço.
- 3** Em política não se marca data. Você nunca conseguirá cumprí-las. Não se comprometa excessivamente com metas numéricas. Seu papel é lutar para gerar empregos com criatividade e ousadia.
- 4** Não se afaste nunca do povo. Ande na rua, visite as escolas, as creches, as unidades de saúde, os bairros. Converse principalmente com as mulheres. Normalmente elas sabem muito mais que os homens sobre os problemas do bairro. Se você se afastar demais do povo, pode nunca mais conseguir reatar com ele.
- 5** O funcionário novo que seu secretário vai lhe pedir hoje não é necessário. Peça para ele pensar de novo e voltar mais tarde. Se ele continuar insistindo e quiser o tempo todo contratar novos funcionários, demita o secretário. Demitir é a pior coisa que um prefeito petista pode fazer, mas não hesite em demitir um secretário inoperante ou se cometeu uma irregularidade. Você muitas vezes perde o amigo, mas por isso que é duro ser prefeito. Você nunca poderá demitir seu irmão ou irmã ou filhos. Por isso jamais os contrate!
- 6** Não extinga secretarias no início do governo. Se quiser reduzir a estrutura, pode fundir secretarias, nomeando um único secretário para 2 ou 3 áreas. Depois de um ano se a realidade lhe der razão, extingam-se as secretarias. Não extinga cargos em comissão. O ideal é contingência de 1/3 ou 1/5 dos cargos em comissão. A pior coisa é extinguir cargos e voltar a criá-los depois.
- 7** Trate bem os servidores, conquiste-os como aliados dando-lhes uma missão nobre. Servidor não é problema, é solução. Não é apenas com benefícios que você consegue isso. Evite aumentos salariais logo no início do governo sem antes saber a situação exata das finanças. Explique para os secretários e cargos de confiança que é proibido ficar falando em público das coisas ruins do governo. Mas desconfie dos assessores que só falam bem de você, mesmo quando você sabe que errou. Isso faz bem para o ego mas faz mal para o governo.
- 8** Estabeleça uma ampla política de comunicação. Fale direto com o povo, visite as rádios e jornais. Estabeleça uma relação franca no setor de comunicação.
- 9** Não brigue com o PT. Lembre-se sempre que não há outro melhor. E que você disse a vida inteira que o PT é democrático. Portanto, exercite a democracia, converse com o partido, dialogue. Não misture o Partido com o governo. São duas instituições com perspectivas e dimensões diferentes. Quem escolhe os secretários é você, ouvindo o PT e seus aliados.
- 10** Faça um governo plural, que represente amplamente a cidade, mas que seja coesionado por seu programa de governo. Fuja da ideia do governo "puro sangue". As contradições que você evitar no interior do governo serão transferidas para fora dele. A oposição vai crescer e seu isolamento será inevitável. Mas não tema a existência de Oposição. Ela é salutar. Se não houver oposição em sua cidade, verifique se existe governo.
- 11** Faça parceria. Chame toda a cidade a participar da sua gestão. Distribua o poder que conquistou. Não tema a democracia. Você vai descobrir que juntando-se problemas e pessoas nascem soluções simples, baratas e criativas.
- 12** Cuidado, muito cuidado com o setor de finanças. Se nos primeiros dias de governo o seu secretário disser que você tem muito dinheiro para investir, tenha absoluta certeza que ele está enganado. Se ele passar meses dizendo que você nunca tem nada para investir, pergunte o que ele anda fazendo, o que não resolve o problema. Se passar o tempo e continuar sem recursos, troque de secretário.
- 13** Assim como o Tejo não é o mais belo dos rios porque não é o rio que passa na sua aldeia, sua cidade é a melhor cidade do mundo. Ame a sua cidade e o seu povo. Governar a sua própria cidade e a coisa mais maravilhosa que pode acontecer na sua vida. Divida essa alegria com as pessoas mais pobres de sua cidade. Trate com carinho cada rua, cada escola, cada creche, mas principalmente cada pessoa da sua cidade. O poder não vale um centavo se com ele você não conseguir fazer sorrir as crianças da sua cidade.

Foto: Cesar Ogata



Evolução do PT nas eleições

O secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Vicente Trevas, apresentou durante a Conferência de Prefeitos do PT, os números da evolução do Partido nas eleições 2000. O PT saltou de duas prefeituras alcançadas em 1982, para 187 administrações conquistadas nas eleições de 2000.

O número de vice-prefeitos eleitos pelo PT passou de três, em 1988, para 134 nas últimas eleições. Em 1982, o Partido fez 118 vereadores, já em 2000 o número subiu para 2.485. As regiões Sudeste e Sul, continuam concentrando o maior número de administrações petistas. No Sudeste, foram conquistadas 23 prefeituras em 1988 e em 2000 serão administrados 73 municípios sob o comando do PT. No Sul, em 1988, sete prefeitos foram eleitos pelo PT, já em 2000 o Partido irá coordenar 58 administrações.

O PT vai administrar em 2000 para 28,8 milhões de brasileiros. Em 92, a população governada pelos petistas era de 8,3 milhões de habitantes. De 2000 a 2004, o Partido vai governar 29 cidades com população acima de 200 mil habitantes, 17 localidades com mais de 100 mil pessoas, 14 municípios com população superior a 50 mil e 127 cidades com mais de 50 mil habitantes.

Dos prefeitos eleitos em 2000, 69 têm curso superior, 22 têm segundo grau completo, onze cursaram mestrado e outros onze têm primeiro grau. A maioria dos eleitos são professores (27), seguidos por profissionais da área de saúde (nove), advogados (sete), comerciantes (oito), metalúrgicos e bancários, com seis prefeitos.

MÍDIA

Cobertura da Folha procura despolitizar a Conferência dos Prefeitos

Imagine o leitor que a Folha de S. Paulo vá fazer a cobertura de uma convenção do PSDB, do PMDB ou do PFL. Será que ela iria se deter em assuntos de indiscutível relevância, como a tintura com que vários peemedebistas tingem os cabelos, a que lavanderias os pefelistas confiam a limpeza de seus ternos de linho branco, ou qual peessedebista faz o melhor nó de gravata? Tudo indica que sim, a julgar pelo modo como o jornal cobriu a Conferência Nacional dos Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores das Capitais eleitos no ano 2000.

Quem leu a Folha, entre os dias 10 e 13 de novembro passado, em nenhum momento ficou sabendo que a Conferência ocorreu, onde ela se realizou, quais eram seus objetivos e o que foi debatido ali. O jornal simplesmente não deu nenhuma informação objetiva sobre o fato. Entretanto, não ignorou por completo o tema, aparentemente optando por dar-lhe uma cobertura mais "criativa"...

Desse modo, em vez de noticiar o evento - amplamente divulgado pela assessoria de imprensa da Fundação Perseu Abramo, com antecedência de quinze dias - e o conteúdo político do encontro, as reportagens da Folha preferiram informar a seus leitores que os prefeitos do PT "se vestem igualzinho", trajando "camisa de botão com manga curta, muitas vezes quadriculada".

Também não deixou de registrar que os prefeitos do Partido têm "rosto bem barbeado e usam óculos", num artigo que fazia questão de enfatizar em seu lide que "os barbudos foram substituídos por homens relativamente jovens, em sua maioria brancos e com cara de tecnocrata". Da mesma maneira, em vez de noticiar o manifesto dos prefeitos aprovado na Conferência, a Folha optou por comentar o cabelo rastafári do vice-prefeito de Barão de Cocais, o sotaque belga do futuro prefeito de Japaratinga, e o vegetarianismo do prefeito eleito do Recife.

Porém, não é de causar espanto esse interesse da Folha por questões escancaradamente secundárias. Essa perspectiva inclui-se de maneira evidente na tendência que a "grande imprensa" tem manifestado desde meados do último setembro, quando já se configurava o expressivo crescimento do Partido, confirmado pelas urnas de todo o Brasil nos dois turnos das eleições municipais passadas. Atônita com o surpreendente desempenho petista, a "grande imprensa", de modo geral, ficou sem saber como compreender e encarar objetivamente o Partido, passando a interpretar "livremente" os fatos a ele relacionados.

Surgem desta perspectiva muito pouco jornalística noções e conceitos tão subjetivos quanto aleatórios, como o de "PT cor-de-rosa" com que a revista Veja procurou explicar a eleição de Marta Suplicy, em uma extensa reportagem em que, no fundo, sugere ao Partido dos Trabalhadores que assuma uma postura "autenticamente social-democrata". No caso específico da Folha e de sua cobertura da Conferência dos Prefeitos, parece ter ocorrido simplesmente uma investida no sentido de "folclorizar" o PT, de focalizá-lo a partir do ponto de vista da galhofa, despolitizando-o para desacreditá-lo.

Em tempo, na última matéria da série em que se referiu vagamente à Conferência, a repórter da Folha se revelou espantada com o fato de políticos passarem o fim-de-semana assistindo palestras sobre governabilidade e até tomando notas sobre o que era discutido. A partir daí, só se pode supor que - no entender da insigne repórter e do jornal que publica seus textos - os políticos devem ocupar seus fins de semana em objetivos mais nobres, como feijoadas no restaurante Massimo de São Paulo e banhos de sol nas belíssimas praias de Fernando de Noronha.

Antonio Carlos Olivieri
é jornalista e escritor

HISTÓRIA

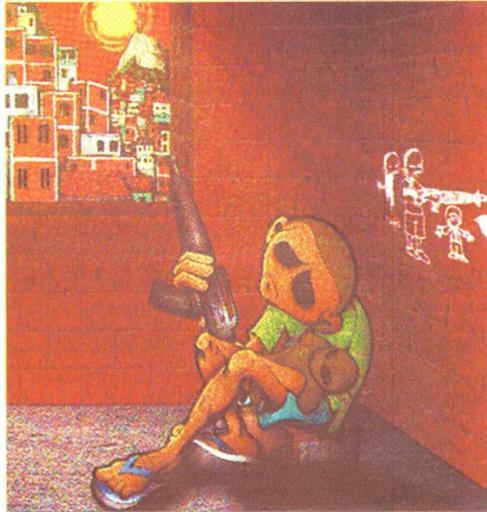
A REVOLTA dos marinheiros NEGROS faz 90 anos

Neste mês de novembro, completam-se os 90 anos da Revolta da Chibata, quando os marujos brasileiros apoderaram-se da esquadra e exigiram o fim dos castigos corporais e melhores condições profissionais. Ainda pouco conhecida no Brasil e ignorada no exterior, a revolta foi dirigida pelo marinheiro João Cândido, que passou à história como o Almirante Negro. Um livro evoca o tema, que, nesta matéria, terá também o depoimento e reflexões de Adalberto Nascimento, um dos filhos do líder da revolta

O episódio de 1910 nas águas da Guanabara não se tornou um filme, como o encouraçado Potemkin, de Serguei Eisenstein, obra mundialmente consagrada, mas, quando isto aconteceu, a Revolta da Chibata terá um argumento imensamente mais rico que o dos inconformados marinheiros russos de 1905, indignados com a carne podre que lhes serviam. O inconformismo dos marujos brasileiros envolve muito maior riqueza de temas - discriminação racial, elitismo político, negação de cidadania, mentalidade escravista, negociação política, traição de acordo, vingança, incapacidade de aceitar a história, dramas humanos de alta intensidade.

Os 90 anos da rebelião dos marinheiros, a se completar neste mês de novembro, está estimulando algumas discussões acadêmicas e um livro sobre o assunto acaba de sair pela editora Moderna, de São Paulo, Cisnes negros, do historiador gaúcho Mário Maestri, 52, que refaz a análise da Revolta da Chibata. Em poucas palavras, pode-se descrever os acontecimentos como a tomada da esquadra brasileira sediada na baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, pelos marinheiros revoltados com mais uma sessão de chibatadas contra um colega considerado faltoso pela oficialidade.

Com a ameaça de bombardear a capital da República com o potentíssimo fogo dos encouraçados recém-trazidos da Inglaterra, os marujos exigiram o fim dos castigos físicos - uma marca da escravidão ainda em vigor na esquadra, 22 anos após a abolição da escravatura - além do direito de indicar os novos comandantes dos navios e a



Arte: capa do CD, O Rappa "Lado B Lado A",

anistia para todos os rebelados.

Conseguiram tudo, por três semanas. Logo perderiam a anistia, os líderes sofreriam prisão, onde muitos morreriam, e os sobreviventes foram desligados. Mas os castigos físicos, esses foram suprimidos para sempre. E uma pesada cortina de silêncio baixou sobre aqueles acontecimentos.

Moderno contra o antigo

"O silêncio sobre aqueles episódios atribuiu ao caráter popular e contestador do movimento. Os pobres e os negros nunca tiveram espaço em nossos livros de história." A análise é de Adalberto Cândido do Nascimento, o filho caçula do líder da rebelião.

Opinião semelhante tem o historiador Mário Maestri, em seu livro. Mais que um puro episódio militar, envolvendo a disciplina naval, o pesquisador considera que "os acontecimentos de 1910 continuam sendo vistos como fatos desviantes. As elites nacionais, de ontem e de hoje, possuem dificuldade estrutural de respeitar a cidadania da população trabalhadora e pobre. O radicalismo social do movimento determinou que se transformasse em quase tabu historiográfico. Ainda hoje, 90 anos após os fatos, são raros os estudos sobre ele. Fora publicações de oficiais, quase nada tinha sido escrito, até que, em 1958, Edmar Morel lançou A Revolta da Chibata, que tirou os fatos do olvido e interpretou, pela primeira vez, a revolta desde a ótica dos marujos. O livro baseou-se sobretudo no depoimento de João

Cândido e referiu-se pouco às outras lideranças e à influência da revolta russa. Desde 1964, por quase vinte anos, o regime militar dificultou estudos sobre o movimento.

O historiador defende a tese de que a revolta nasceu do avanço da consciência social da marujada, composta de homens oriundos dos extratos mais pobres da população e, em grande maioria, negros e mulatos, filhos e netos de escravos. Como se deu esse aumento do sentimento da cidadania?

"O Brasil das elites vivia bons ventos econômicos e os senhores da nação decidiram a modernização faraônica da Marinha, que tinha sido dizimada na Revolta da Armada, em 1893. Assim, os novos navios eram os melhores, mas as condições de vida dos marujos continuavam semelhantes às dos tempos dos tumbeiros do século XIX! O soldo era baixo; a comida, ruim; o trabalho, duro. As mínimas faltas eram castigadas com surras. Em plena República, os marinheiros apanhavam como cativos. Piorando tudo, os oficiais orgulhavam-se de seu sangue limpo e desprezavam os marujos", descreve Mário Maestri. Para aprenderem a manejar as novas unidades, "marinheiros partiram para a Inglaterra e lá conheceram o movimento sindical e socialista europeu e informaram-se sobre a revolta dos marinheiros russos de 1905".

O historiador acredita que as notícias da rebelião

do Potemkin foram profundamente absorvidas e meditadas pelas tripulações que passaram um tempo relativamente longo na Inglaterra.

"A medida que se aprofundam os estudos, fica clara a influência dos marinheiros russos, de certa forma inevitável. Os marinheiros brasileiros chegaram à Inglaterra após o fim da revolta russa, divulgada pela imprensa mundial. Em Cisnes negros apresento dois breves capítulos sobre a revolta russa, já que creio que os nossos marujos discutiram e aprenderam com os acertos e erros de 1905. Muitas de suas ações são melhor compreendidas quando cotejadas com as dos companheiros russos", diz Maestri. Uma das lições foi a recusa de participação de oficiais na rebelião, uma vez que os graduados que se envolveram na ação do Potemkin representaram um peso para o movimento.

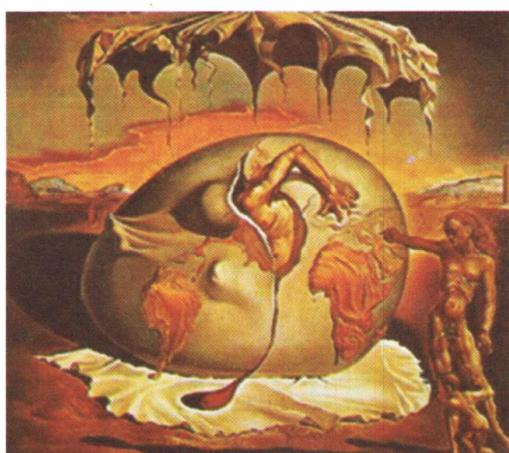
O pesquisador lamenta que ainda hoje a Marinha mantenha uma atitude de reserva contra o protesto antichibata, no entanto destaca o trabalho do contra-almirante Leôncio Martins como um avanço.

"O estudo referido do contra-almirante Leôncio Martins, apesar do caráter semi-oficial e da antipatia para com os marujos, constitui real esforço para superar o partidarismo extremado dos escritos anteriores de oficiais. Portanto, deve ser valorado como tal. Porém, ainda hoje, a Marinha não consegue absorver, mesmo relativamente, o verdadeiro sentido da revolta."

Sem anistia

Os filhos, netos e bisnetos de João Cândido continuam esperando que a Marinha o anistie. Mas, segundo Maestri, embora derrotados pessoalmente, os marujos de 1910 conseguiram uma vitória como classe.

"Os marinheiros negros foram presos, expulsos, alguns deles executados a sangue frio. Porém, venceram, como classe. As reivindicações foram atendidas plenamente. Obtiveram o fim do castigo físico. Nunca mais um oficial teve o direito de chicotear um marujo. As condições de existência melhoraram. Todos os marujos da Esquadra têm dívida eterna para com os marinheiros revolucionários. Outra vitória, individual, foi a própria rebelião. Enquanto viveram, recordaram-se, orgulhosos, de se terem levantado dos porões imundos de uma escravidão velada para resgatar suas humanidades. De negros semicativos, tornaram-se marinheiros modernos, cidadãos orgulhosos, respeitados e temidos", analisa Mário Maestri.



Salvador Dalí, O Nascimento do Novo Homem

NOTAS

Site de Filiação

O PT é um "partido do ano inteiro". Este é um dos principais motivos para ser filiado ao PT. Acessando o site da Campanha Nacional de Filiação, elaborado pela Secretaria Nacional de Organização do PT, é possível entender porque todo militante petista é um "apaixonado" pelo Partido. "Tem opinião e participação nas lutas sociais e reivindicações da sociedade todos os dias de todos os anos", diz um dos textos do site, mostrando o diferencial entre o PT e outros grandes partidos.

O site contém recursos multimídia com sons e imagens, mas mantém também a versão HTML. É possível acessar material sonoro da campanha, assim como se cadastrar e enviar mensagens para a Campanha. Contém ainda um breve histórico do Partido.

"Filiar-se ao PT é um ato consciente na busca de uma participação política mais plena". A filiação dá direito à Carteira Nacional de Filiação. Portando a carteira, cada filiado tem direito a votar, opinar e participar das decisões partidárias. "A democracia interna do PT é uma conquista que se garante pela ampla discussão nas bases e pela liberdade de expressão dentro do partido". Para filiar-se ao PT é preciso se dirigir até o diretório municipal, zonal ou no núcleo mais próximo.

Amapá: solidariedade ao Capiberibe

A Assembléia Legislativa de São Paulo promoveu, na manhã do dia 20 de novembro, um ato de solidariedade ao governador do Amapá, João Alberto Capiberibe (PSB), que contou com sua presença. O governador tem enfrentado dificuldades políticas em sua luta para implementar um amplo e pioneiro projeto de desenvolvimento sustentável na região, bem como por seus esforços em combater o tráfico de drogas no Estado, que tem sete deputados investigados pela CPI do Narcotráfico.

No último mês, a Assembléia Legislativa alterou dispositivos da Constituição Estadual e votou pelo afastamento do governador. A medida foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal, enquanto foi decidido o afastamento do presidente da Assembléia para investigações.

O evento em São Paulo contou com a participação do presidente nacional do PT, deputado federal José Dirceu (SP), do senador petista Eduardo Suplicy (SP), e demais deputados estaduais e representantes da USP. A solenidade é uma iniciativa de entidades ambientais e do gabinete do deputado estadual Jilmar Tato (PT).

O Programa de Desenvolvimento Sustentável, implantado pelo governo do Amapá, procura valorizar iniciativas das comunidades tradicionais do Estado (índios, negros, ribeirinhos), com projetos que agreguem valor aos produtos da floresta, como a castanha e as frutas locais. Esse programa tem evitado o cultivo de soja e a conseqüente devastação da floresta que

cobre mais de 95% do território, além de gerar um crescimento econômico de 7% ao ano.

30 anos da morte de Marighella

"Encontra-se Marighella 30 anos depois", uma exposição fotobiográfica em homenagem a Carlos Marighella, foi inaugurada no dia 23 de novembro, com um recital de poemas e canções, na Livraria Grandes Autores em Ondina, Salvador (BA). Marighella, morto em 1969, receberá homenagens de contrerâneos, familiares e personalidades políticas.

São 21 painéis impressos, com textos, fotos e documentos, organizados por Elifas Andreato e Vladimir Sacchetta, que contam um pouco da história recente do

País e a luta de um dos mais importantes revolucionários da América Latina. Também serão relançadas as últimas publicações dedicadas à vida e pensamento político de Marighella. A exposição será encerrada no próximo dia 7 de dezembro.

Plebiscito da dívida: ações para 2001

A V Plenária Nacional da "Campanha Jubileu 2000 - Por um Milênio Sem dívidas" estabeleceu cinco eixos de ação para dar continuidade à campanha no próximo ano. Foram definidas a realização de campanha pela aprovação do referendo oficial e cancelamento das dívidas, programa de formação, realização de auditorias públicas, de um simpósio sobre a dívida interna e atividade nacional de massa em 2001.

Realizada entre os dias 6 e 7 de novembro, em São Paulo, a plenária teve como objetivo avaliar e traçar os próximos passos para a campanha Jubileu 2000, após a realização do Plebiscito Nacional da Dívida Externa, ocorrido em setembro.

Dívidas na pauta do dia

Os organizadores, mediante as ações definidas, destacaram a necessidade de fazer ampla divulgação dos projetos em tramitação no Congresso, que prevêem a realização de referendo sobre a questão da dívida e uma auditoria sobre o montante da mesma; e a remissão das dívidas dos países empobrecidos com o Brasil. Definiram também que, mesmo que não haja uma auditoria pública, será realizada uma auditoria paralela, que esperam contar com a participação de entidades da sociedade civil e parlamentares da oposição, dentre outros.

Quanto ao programa de formação, está prevista a promoção de cursos dirigidos a formadores, com a participação de representantes dos Estados, e a realização de tribunais estaduais sobre o processo de endividamento e sua interligação com projetos de desenvolvimento e sistema financeiro internacional. Estas atividades têm o intuito de garantir o tema do endividamento na pauta dos movimentos sociais.

Cupom de ASSINATURA

Assinatura anual: 1 x R\$ 50,00 2 x R\$ 25,00

Cobrança bancária
Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
Depósito bancário nominal para o Partido dos Trabalhadores

Banco do Brasil S/A, Ag. 3323-5 - Barra Funda
São Paulo-SP - C/C nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)
Sim, eu quero assinar o PTnoticias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado ao PT: Sim Não

Rua Silveira Martins, 132, São Paulo - SP CEP 01019-000

Tel: (xx11) 233-1328 Fax: (xx11) 233-1349

Procópio Mineiro
Artigo publicado originalmente na
Revista **Cadernos do Terceiro
Mundo** Edição Setembro / Outubro
- 2000 - Nº 224